

Boletim Informativo Mensal da

OUVIDORIA-GERAL



Ouvidoria-Geral
da Defensoria Pública
do Estado de São Paulo

**JANEIRO E
FEVEREIRO**

2 0 2 3

*Atividades desenvolvidas
em Janeiro e Fevereiro
de 2023*



OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA DE SP
JUSTIÇA COMEÇA COM DIÁLOGO

número **#07**

Prezadas Leitoras e Prezados Leitores,

Apresentamos neste Boletim as principais atividades desenvolvidas pela Ouvidoria-Geral durante os dois primeiros meses do ano. Além das atividades aqui apresentadas, a Ouvidoria aproveitou o início do ano para planejar sua atuação durante 2023, revisitando seu planejamento e organizando as ações previstas para o ano.

Neste ano, nossos esforços estarão focados em trabalhar pela ampliação do acesso à justiça, fortalecimento da participação popular e constante qualificação do serviço prestados aos usuários e às usuárias da Defensoria Pública.

Durante os primeiros meses do ano, o projeto Ouvidoria Itinerante realizou 3 visitas nas Unidades de Jaú, Tupã e São José dos Campos. Iniciou-se também uma nova etapa de monitoramento das propostas já formuladas e de continuidade das articulações promovidas entre Unidades da Defensoria e movimentos sociais. Em fevereiro de 2023, aconteceu o Ouvidoria Itinerante em Debate, um projeto que visa aprofundar o diálogo em torno dos principais temas levanta-

dos durante as rodas de conversa com os movimentos sociais, e também realizamos a primeira reunião de monitoramento com as Primeiras, Segunda e Terceira Subdefensorias, além da Assessoria de Qualidade.

Outro importante marco foi o início do projeto Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero que tem o intuito de promover a perspectiva de gênero e a atenção às especificidades das mulheres nos serviços prestados pela Defensoria. Em fevereiro, a Ouvidoria e o NUDEM organizaram uma série de debates sobre a necessidade de pensar a política de acesso à justiça a partir da perspectiva da mulher. Como resultado dos debates, será lançada uma carta de princípios para nortear a atuação e as políticas públicas da Defensoria.

O Prêmio Justiça para Todas e Todos – Josephina Bacariça, neste ano, traz um novo fôlego com a realização de um seminário com foco nas práticas premiadas. As boas práticas podem e devem servir para inspirar e principalmente fortalecer o serviço prestado pela Defensoria, garantindo a partir de diferentes perspectivas o acesso da população à justiça.

Boa leitura!

CAMILA MARQUES

*Ouvidora-Geral da Defensoria
Pública do Estado de São Paulo*

ATIVIDADES: JANEIRO



OUVIDORIA
Itinerante!

1635 0 100

BANHADO
RESISTE!

BANHADO
RESISTE!

BANHADO
RESISTE!

PRESE

BANHADO
RESISTE!

BANHADO
RESISTE!

1 PROJETO OUVIDORIA ITINERANTE REALIZA VISITAS NAS UNIDADES JAÚ E TUPÃ

A nona visita do projeto Ouvidoria Itinerante aconteceu no dia 30 de janeiro, na Unidade Jaú.

Durante a visita, que contou com a participação da conselheira consultiva Katia Souza, foram realizadas rodas de conversa com os/as integrantes da unidade e com as lideranças de movimentos sociais.

Na Unidade de Jaú, destacou-se a realização de capacitações periódicas com os/às estagiários/as no intuito de alinhar a equipe, aprimorar os fluxos de atendimento e promover o aprendizado no âmbito do estágio. Inclusive, a Unidade compartilha vídeos online explicando como executar procedimentos no DOL e no E-saj. Outro destaque diz respeito à atuação coletiva, que é dividida entre todas as bancas conforme a disponibilidade e afinidade de cada Defensor/a para o tema.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA O PROJETO CONTEITUAL](#)

No dia 31 de janeiro, foi realizado a décima visita do projeto na unidade tupã. Mais de 45 lideranças da sociedade civil participaram da roda de conversa com a Ouvidoria, o coordenador da Unidade Rafael Camarão, também integrante do Conselho Superior da Defensoria, e demais integrantes da Unidade Tupã.

Na Unidade de Tupã, destacou-se o atendimento nos moldes de portas abertas, sem prejuízo de agendamento por meio do DEFI ou 0800. Além disso, há uma prática interessante com vistas a criar vínculos com os/as usuários/as que consiste na coordenação de triagem em dias fixos da semana.

No final do ano de 2022 foi publicado o primeiro Relatório Parcial do Projeto, contando com considerações sobre os primeiros quatro meses do Ouvidoria Itinerante, dados de perfil dos usuários, diagnósticos sobre o atendimento da Defensoria Pública e recomendações para o seu aprimoramento.



OUVIDORIA ITINERANTE

Roda de conversa com Sociedade Civil e Movimentos Sociais de Tupã

Roda de conversa com Oficiais/las, Agentes CAM e Estagiários da Unidade Tupã

OUVIDORIA ITINERANTE

Defensores/as da Unidade Tupã recebem a Ouvidoria-Geral

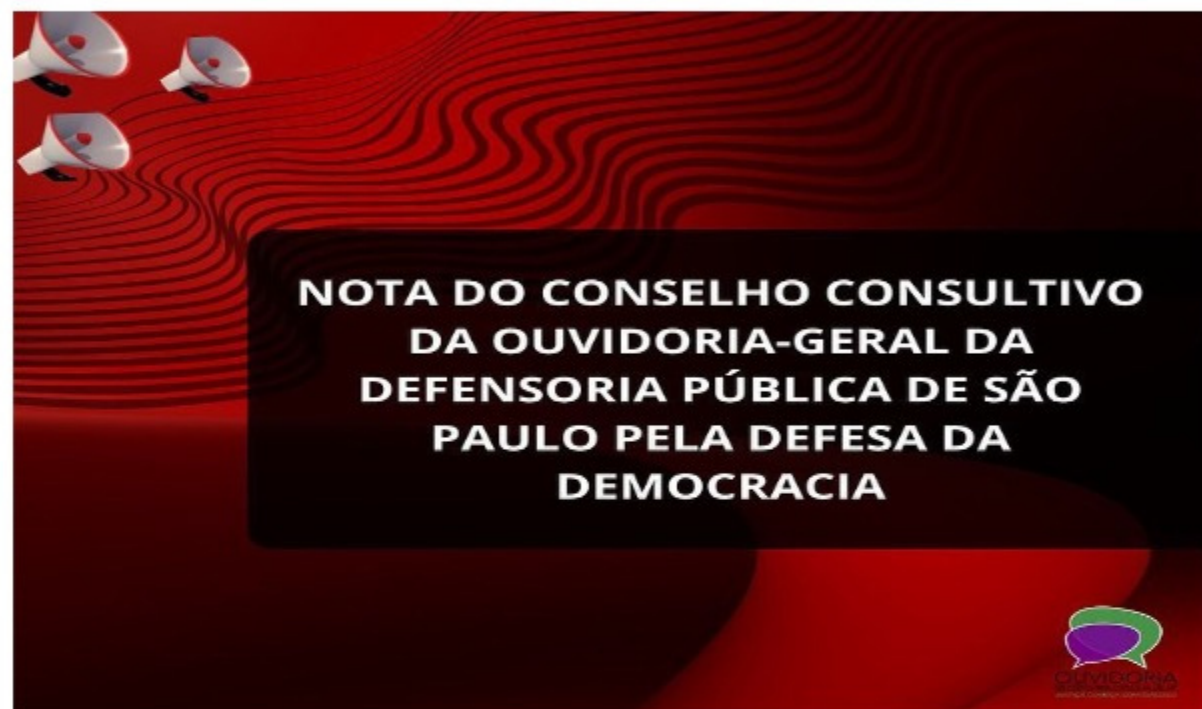
[**CLIQUE AQUI E CONFIRA O RELATÓRIO PARCIAL**](#)

[**CLIQUE AQUI E CONFIRA O SUMÁRIO DO PROJETO**](#)

[**CLIQUE AQUI E CONFIRA O PROJETO CONTEITUAL**](#)

2 DEFESA DA DEMOCRACIA

NOTA DO CONSELHO CONSULTIVO DA OUVIDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO PELA DEFESA DA DEMOCRACIA



No dia 08 de janeiro o Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública, lançou nota de repúdio aos atos antidemocráticos praticados no dia 08 de janeiro na capital do país. Confira o inteiro teor da nota:

"Num momento histórico em que se faz necessário resgatar os valores republicanos e democráticos para unirmos a população no mesmo propósito de promoção de justiça e igualdade social, testemunhamos episódios assombrosos de vandalismo com o patrimônio público e afronta á democracia a ás instituições democráticas. Defenderemos incessantemente os direitos e as liberdades fundamentais com

a convicção de que estes apenas podem ser garantidos dentro de um Estado Democrático de Direito ancorado no respeito á diversidade e na tolerância política, religiosa e cultural e em busca de justiça social.


As rápidas ações das autoridades federais para cessar a violência e cobrir as tentativas de golpe de Estado são de extrema importância para a construção de um Brasil mais fraterno, inclusivo e justo. Importante, ainda, que as autoridades efetivem a desocupação imediata dos acampamentos extremistas e antidemocráticos, conforme determinado pelo Supremo Tribunal Federal.

Por fim, o Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral se une ás entidades e instituições comprometidas com o Estado Democrático de Direito para conclamar ás autoridades que sejam diligentes e céleres em suas ações para garantir a preservação e o fortalecimento da ainda jovem democracia brasileira, a partir da necessária identificação e responsabilização dos envolvidos, idealizadores e financiadores."

CONSELHO NACIONAL DE OUVIDORIAS LANÇA NOTA DE REPÚDIO CONTRA AS AÇÕES ANTIDEMOCRÁTICAS

2

No dia 8 de janeiro o Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas emitiu nota de repúdio contra ações antidemocráticas realizadas em Brasília neste dia.




NOTA DE REPÚDIO

O Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas repudia as ações violentas e antidemocráticas realizadas hoje em Brasília. Os atos de vandalismo contra as instituições públicas representam grande afronta aos princípios democráticos e devem ser imediatamente coibidos pelas autoridades.


Nos últimos anos, os movimentos populares que atuam no campo democrático tem observado com grande preocupação a deturpação do direito à liberdade de expressão para legitimar a violência contra o povo e o ataque à democracia. Importante frisar que a liberdade de manifestação não pode jamais justificar a ruptura do Estado de Direito.

O Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias reforça a necessidade para que haja célere investigação e responsabilização de todas as pessoas envolvidas, bem como, dos idealizadores e financiadores dos atos antidemocráticos.

Brasil, 8 de janeiro 2023.



Conselho Nacional de
Ouvidorias de
Defensorias Públicas



3 UM ANO DA PROMULGAÇÃO DA CONVENÇÃO CONTRA O RACISMO

No 16 de janeiro, completou um ano que o Brasil promulgou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmada pelo Brasil em 2013.

Confira a importância da Convenção a partir da perspectiva da Ouvidora-Geral, de Conselheiras Consultivas da Ouvidoria, e do NUDDIR.

A Ouvidoria ouviu pessoas com importante atuação na luta contra o racismo. Confira algumas citações.



UM ANO DA PROMULGAÇÃO DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O **RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E FORMAS CORRELATAS DE INTOLERÂNCIA**

ENTENDA →

“

A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância é instrumento importante para o combate do racismo e de outras formas de intolerância, inclusive de intolerância religiosa. É importante que a população conheça esta Convenção, bem como os demais instrumentos jurídicos, e saiba da existência de mecanismos para coibir a discriminação racial e especialmente dos compromissos assumidos pelo Brasil para promover a equidade racial. Como diz Paulo Freire, qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar.

SONIA COUTO

CONSELHEIRA DO CONSELHO
CONSULTIVO DA OUVIDORIA DA
DEFENSORIA PÚBLICA E
COORDENADORA DO CENTRO DE
REFERÊNCIA PAULO FREIRE, DO
INSTITUTO PAULO FREIRE

”

“

É de extrema relevância o Brasil ser um dos países a adotar a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. Foi um passo importante para fortalecer a luta pela proteção dos Direitos Humanos e de enfrentamento ao racismo! Essa é nossa grande luta!

KÁTIA SOUZA

CONSELHEIRA CONSULTIVA DA
OUVIDORIA-GERAL, PROFESSORA E
DEFENSORA DE DIREITOS
HUMANOS

”



“

No marco de um ano da promulgação da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, é importante que o país avance na prevenção, eliminação e punição de todos os atos de racismo e intolerância. Cabe ao Sistema de Justiça assumir papel central para o alcance da equidade racial, atuando para garantir acesso igualitário à justiça, além de promover a ampliação da diversidade de seus integrantes, por meio de ações afirmativas e outras medidas efetivas.

CAMILA MARQUES

OUVIDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DE
SÃO PAULO

”

“

Completamos um ano da promulgação da Convenção Interamericana contra o racismo, a discriminação racial e formas correlatas de intolerância. Nela, o estado Brasileiro se comprometeu a prevenir, eliminar, proibir e punir todos os atos e manifestações de racismo, discriminação racial e formas correlatas de intolerância. Sabia que qualquer pessoa pode peticionar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos denúncias ou queixas de violação da convenção por parte do estado brasileiro?

DANILO ORTEGA

COORDENADOR AUXILIAR DO NÚCLEO
ESPECIALIZADO DE DEFESA DA
DIVERSIDADE E DA IGUALDADE
RACIAL (NUDDR)

”



4 ARTICULAÇÕES PARA GARANTIA DE DIREITOS E AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

No dia 19 de janeiro, a Ouvidora-Geral, Camila Marques, se reuniu com a liderança do movimento de moradia e coordenador do Movimento de Moradia do Centro de São Paulo, (MMRC), Sr. Nelson da Cruz Souza, para alinhar agendas em defesa do direito à moradia e efetivação do acesso à justiça da população que sofre com ações de reintegração de posse.



No dia 23 de janeiro, a Ouvidora-Geral, Camila Marques, recebeu a ativista Anabella Andrade para o alinhamento de agendas comum a respeito da garantia dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes.



A Ouvidoria Camila Marques e a assistente técnica da ouvidoria Amanda Oi, se reuniram no dia 27, com a advogada Clara Serva para discutir desafios ao acesso à justiça e estratégias para garantir esse direito fundamental.



Ouvidoria-Geral recebeu os diretores da Conectas, Gabriel Sampaio e Marcos Fuchs, também conselheiro consultivo da Ouvidoria, e a coordenadora de violência institucional da organização, Carol Diniz, para dialogar sobre suas agendas institucionais, oportunidades e prioridades.



5 DIÁLOGO COM O OUVIDOR DA POLÍCIA, CLAUDIO APARECIDO, E SUA EQUIPE

Ouvidoria Externa da Defensoria Pública de São Paulo se reuniu com o Ouvidor da Polícia, Claudio Aparecido da Silva, e sua equipe na tarde do dia 24, para dialogar sobre suas agendas e desafios institucionais.

Claudio Aparecido da Silva foi coordenador de Políticas para a Juventude da Prefeitura de São Paulo e coordenador do SOS Racismo, da Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), de 2019 a 2021, é militante do movimento negro e hip hop e foi nomeado ouvidor da Polícia em meados de janeiro deste ano.



6 DIA NACIONAL DE VISIBILIDADE TRANS



Lugar de pessoa trans é onde ela quiser, inclusive na Defensoria!

Conheça a nova política de ações afirmativas dos concursos em andamento na Defensoria Pública de SP

29 de janeiro
Dia Nacional da Visibilidade Trans



Dia 29 de janeiro foi comemorado, o Dia Nacional da Visibilidade Trans. Neste ano a Defensoria Pública implementou nova política de ações afirmativas para o concurso em andamento. Confira: "2 % das vagas nos concursos para a DPE-SP agora são reservadas para pessoas trans. A nova política de cotas já vale para os concursos em andamento para carreiras de defensora pública/defensor público e oficiala/oficial de Defensoria.

As novas regras foram aprovadas em 2022 pelo Conselho Superior da Defensoria Pública de SP. Também são reservadas 30% das vagas para pessoas negras e indígenas e 5 % para pessoas com deficiência.

Se a pessoa for negra ou indígena e também pessoa trans ou com deficiência, pode concorrer, ao mesmo tempo, às vagas reservadas a estes grupos e constará de todas as listas específicas para as quais se inscrever, sendo chamada a ocupar a primeira vaga reservada que surgir.

As mudanças incluem, ainda um conteúdo programático de disciplinas cobradas no concurso para defensor/a com um olhar transversal para temáticas como relações de gênero, diversidade sexual, racismo e capacitismo, bem como o status jurídico de mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA + e pessoas com deficiência."

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ATIVIDADES: FEVEREIRO



OUVIDORIA
Itinerante!

1635 0 100

BANHADO
RESISTE!

BANHADO
RESISTE!

BANHADO
RESISTE!

BANHADO
RESISTE!

BANHADO
RESISTE!

BANHADO
RESISTE!

1 PROJETO OUVIDORIA ITINERANTE REALIZOU A VISITA NA UNIDADE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

No 15 de fevereiro, a Ouvidoria-Geral visitou a Unidade São José dos Campos para mais uma atividade do projeto Ouvidoria Itinerante. Ao longo do dia foram realizadas conversas com os/as integrantes da Unidade, além da realização de reunião com a coordenação e os/as defensores públicos que atuam na Unidade. A roda de conversa com os movimentos sociais foi realizada na Câmara Municipal de São José dos Campos e contou com a participação de mais de 50 lideranças. A realização da atividade contou com o apoio da Unidade São José dos Campos, da Associação de Familiares e Amigos de Presos e Egressos (AFAPE) e da vereadora Amelia Naomi. O projeto Ouvidoria Itinerante busca desenhar diagnósticos locais, criar conexões com as diferentes regiões do estado, bem como elaborar recomendações que visem o aprimoramento do serviço, a Ouvidoria realizará visitas in loco que serão divididas em três momentos: (i) diálogos com os/as usuários/as, (ii) interlocuções com o corpo funcional e (iii) roda de conversa com a sociedade civil organizada. Com o intuito de contribuir com o planejamento institucional, cada visita gerará um relatório com a síntese do diagnóstico realizado e das propostas da Ouvidoria-Geral.



[CLIQUE AQUI E CONFIRA O RELATÓRIO PARCIAL](#)

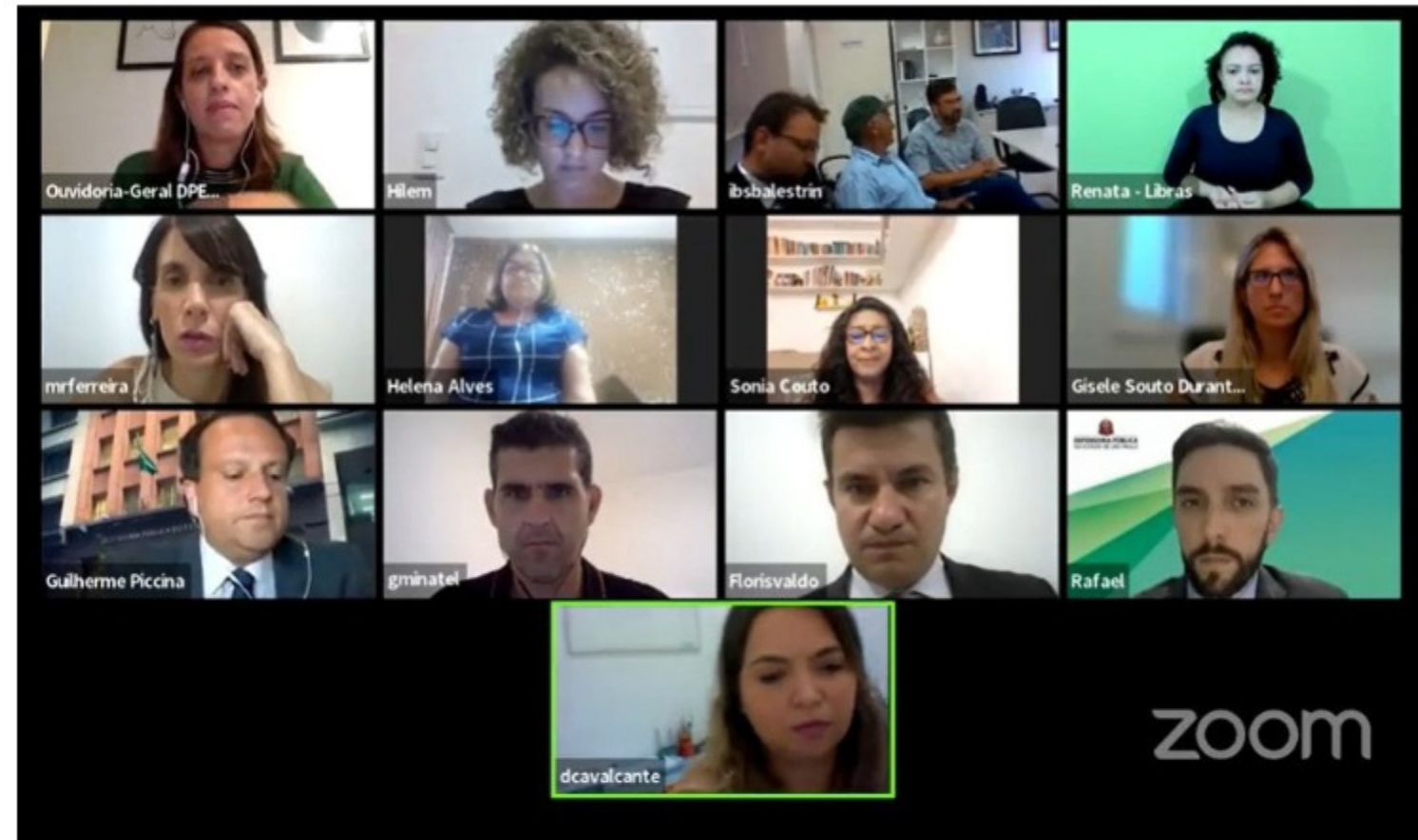
2 OUVIDORIA ITINERANTE EM DEBATE

No dia 28, aconteceu a live do projeto Ouvidoria Itinerante em Debate para debater o tema "Educação em Direitos". O evento foi transmitido ao vivo pelo Facebook da Ouvidoria-geral e contou com participação de representantes de movimentos sociais, como o MST de Franca e as Promotoras Legais Populares de Mauá, do Defensor Público-Geral, das três Subdefensorias, da Assessoria de Qualidade, EDEPE e de defensores/as públicos/as das unidades de Mauá e Franca.

O evento teve como objetivo dar continuidade às articulações iniciadas durante as visitas do projeto Ouvidoria Itinerante. Os participantes ressaltaram a importância do projeto para o estreitamento de laços da Defensoria com a sociedade civil. Além disso, o encontro evidenciou como as diferentes abordagens sobre educação em direitos podem promover emancipação social e garantir o acesso à justiça.

Confira a live pelo link

[CLIQUE AQUI](#)



3

SÉRIE DE DIÁLOGOS: ACESSO À JUSTIÇA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

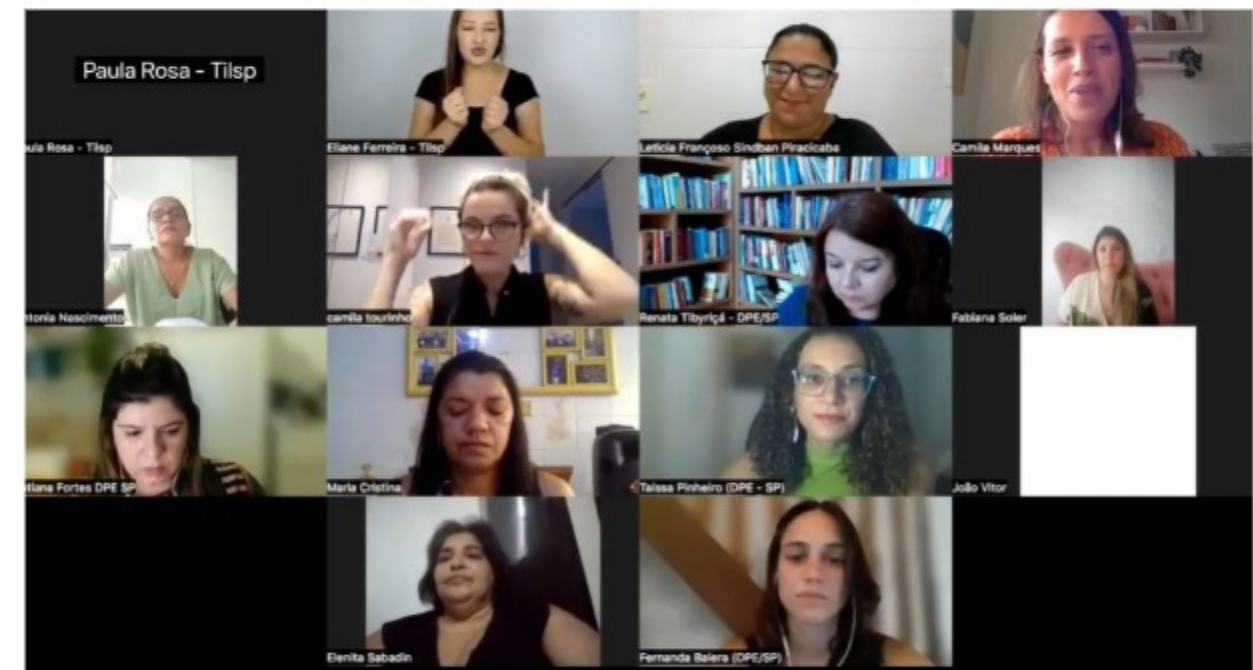
AS LUTAS DAS MULHERES PELO ACESSO À JUSTIÇA

Acesso à Justiça é uma bandeira feminista! A Ouvidoria-Geral e o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) realizaram uma série de debates sobre o Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero. A série foi dividida em três diálogos sobre os seguintes temas: As lutas das mulheres pelo acesso à justiça; Igualdade de gênero, relações de poder e acesso à justiça; Violência de gênero e acesso à justiça.

A primeira live da série teve por tema "As Lutas das Mulheres pelo Acesso à Justiça", discutiu como as violações de direitos fundamentais atravessam e produzem impactos diferenciados nas mulheres. Nesse cenário, a mesa trouxe reflexões sobre direito à moradia, sistema carcerário, garantia dos direitos das pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, familiares de vítimas de violência estatal, entre outros pontos.

Nesta live esteve presentes; Antonia Nascimento (Conselheira Consultiva da Ouvidoria e coordenadora do FLM - Frente de Luta Por Moradia), Camila Tourinho (Coordenadora auxiliar do NESC - Núcleo Especializado de Situação Carcerária), Carla Mauch (Conselheira Consultiva da Ouvidoria e coordenadora da Mais Diferenças), Elenita Sabadini (Presidente da AFAPE - Associação de Familiares e Amigos de Presos), Fernanda Balera

(Coordenadora do NCDH - Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos), Letícia Françoso (Presidente do Conselho Estadual Para Assuntos da Pessoa com Deficiência de São Paulo), Maria Cristina Quirino (Movimento de Familiares das Vítimas do Massacre de Paraisópolis), Renata Tibyriça (coordenadora do NEDIPED - Núcleo de Especializado dos Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência) e Taissa Pinheiro (Coordenadora do NHABURB - Núcleo de Habitação e Urbanismo).



3

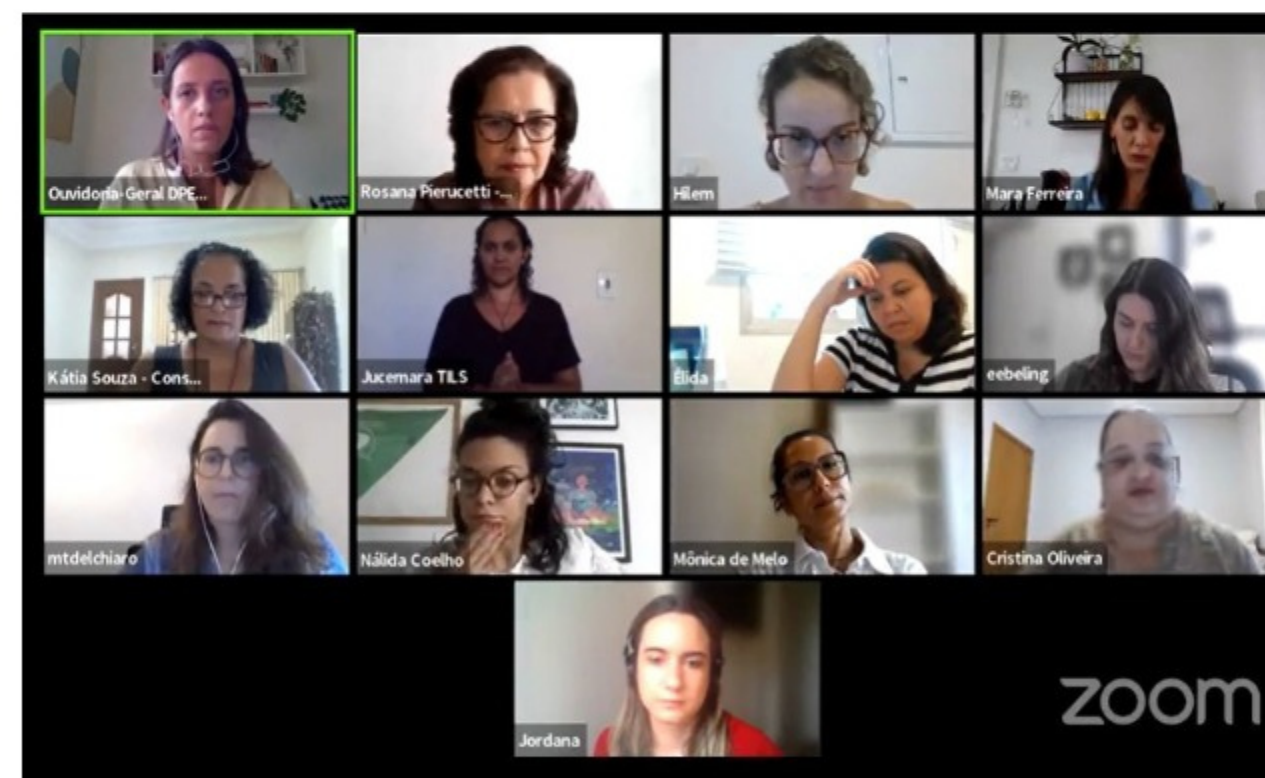
SÉRIE DE DIÁLOGOS: ACESSO À JUSTIÇA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

IGUALDADE DE GÊNERO, RELAÇÕES DE PODER E ACESSO À JUSTIÇA

O segundo debate tratou a temática "Igualdade de Gênero, Relações de Poder e Acesso à Justiça". Foi discutido sobre a necessidade de tratar a questão racial de forma central, sempre que nos referirmos à perspectiva de gênero, para entender como as políticas de acesso à justiça atingem de forma diferenciada as mulheres negras e, também foi debatido sobre a necessidade de fomentar e ampliar a participação de mulheres em espaços decisórios e de poder.

Nesta live esteve presentes; Cristina Oliveira (Associação de Servidores e Servidoras da DPESP), Elida Lauris (Consultora Independente de Direitos Humanos), Érica Leoni Ebeling (Conselheira do Conselho Superior da DPESP), Jordana Rolim (Diretora da APADEP), Katia Souza (Conselheira Consultiva da Ouvidoria, professora e defensora de direitos humanos), Mara Ferreira (Segunda Subdefensora Pública-Geral da DPESP), Mariana Tonolli Chiavone Delchiaro (Corregedora auxiliar da DPESP), Monica de Melo (Defensora Pública da DPESP e Professora da PUC-SP), Rosana Pierucetti (Conselheira Consultiva da Ouvidoria

ria e Coordenadora da ONG RECOMEÇAR), Silvia Souza (Conselheira Federal da OAB-SP e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB), Sirlene Assis (Presidente do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas e Ouvidora-Geral da Defensoria da Bahia).



3

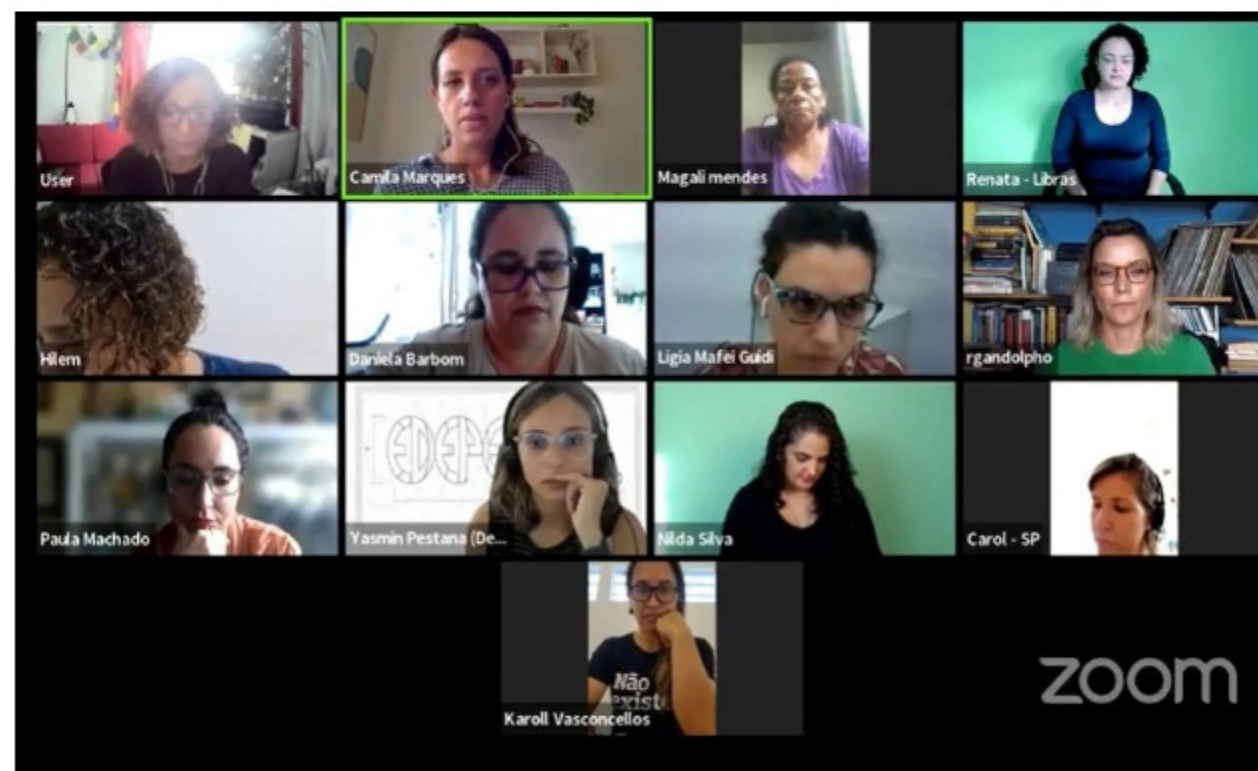
SÉRIE DE DIÁLOGOS: ACESSO À JUSTIÇA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ACESSO À JUSTIÇA

O terceiro e último debate foi sobre "Violência de Gênero e Acesso à Justiça" e dialogou sobre a necessidade de se pautar a interseccionalidade na política institucional da Defensoria Pública, considerando as demandas específicas das múltiplas vulnerabilizações que permeiam a população usuária, majoritariamente composta por mulheres. A mesa também pautou a criação de fluxos especializados de atendimento de determinadas demandas e o aprimoramento dos canais de participação social.

Nesta live esteve presentes; Anabella Andrade (Ativista dos direitos humanos e mentora do Coletivo "O Direito Achado na Rua"), Anna Carolina Lanas Soares Cabral e Daniela Barbom Sorpilli (Agentes do Centro de Atendimento Multidisciplinar do NUDEM), Karollyne Nascimento (Ouvidora da Defensoria Pública do Paraná), Ligia Mafei Guidi (Coordenadora do NEIJ - Núcleo da Infância e Juventude), Luciana Gross (Conselheira Consultiva da Ouvidoria e professora da FGV Direito SP), Magali Mendes (Promotoras Legais Populares "Cida da Terra" de Campinas e Região), Paula Machado (Defensora Pública da

DPESP), Vanessa Vieira (Coordenadora do NUDDIR - Núcleo de Diversidade e Igualdade Racial) e Yasmin Oliveira Mercadante Pestana (Defensora Pública assistente da EDEPE).



4 PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODAS E TODOS - JOSEPHINA BACARIÇA

No mês de fevereiro, foram iniciadas as inscrições para o prêmio Justiça para Todas e Todos - Josephina Bacariça.

O Prêmio é um reconhecimento a práticas de relevância social praticadas pelos/as servidores/as, defensores/as e unidades e órgãos da Defensoria Pública.

A edição de 2023 conta com algumas novidades como:

1. Realização de seminários para replicar e debater as práticas premiadas;
2. Realização, em parceria com a EDEPE, de um caderno com as práticas inscritas de um podcast para divulgar as práticas premiadas;
3. Envio de vídeo, de até 5 minutos, no formulário de inscrição contanto um pouco mais sobre a prática inscrita e seus pontos mais relevantes.

PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODAS E TODOS JOSEPHINA BACARIÇA 2023

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA A EDIÇÃO 2023
Acesse o link na descrição da postagem e inscreva sua prática ou indique uma prática

PRAZO ATÉ DIA 15 DE MARÇO

Logos: OAB/SP, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Apadep, ASDPESP, EDEPE Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

NOVIDADES PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODAS E TODOS JOSEPHINA BACARIÇA 2023

NOVIDADES PARA O PRÊMIO!
2) Neste ano o formulário de inscrição possui um campo para o envio de um vídeo de até 5 minutos para explicar a prática inscrita. Os vídeos poderão ser utilizados para dar maior visibilidade às práticas!

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA A EDIÇÃO 2023
Acesse o link na descrição da postagem e se inscreva!

PRAZO ATÉ dia 15 de março

Logos: OAB/SP, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Apadep, ASDPESP, EDEPE Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

NOVIDADES PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODAS E TODOS JOSEPHINA BACARIÇA 2023

NOVIDADES PARA O PRÊMIO!
3) Além disso, está sendo planejada, em parceria com a EDEPE, a elaboração de um caderno com as práticas inscritas e um podcast sobre elas.

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA A EDIÇÃO 2023
Acesse o link na descrição da postagem e se inscreva!

PRAZO ATÉ dia 15 de março

Logos: OAB/SP, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Apadep, ASDPESP, EDEPE Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

NOVIDADES PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODAS E TODOS JOSEPHINA BACARIÇA 2023

NOVIDADES PARA O PRÊMIO!
1) Neste ano, antes da tradicional cerimônia de entrega dos prêmios, será realizado um seminário com as práticas reconhecidas e premiadas em cada categoria.

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA A EDIÇÃO 2023
Acesse o link na descrição da postagem e se inscreva!

PRAZO ATÉ dia 15 de março

Logos: OAB/SP, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Apadep, ASDPESP, EDEPE Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

PLANEJAMENTO DO PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODAS E TODOS

Ao longo do mês de fevereiro, a Ouvidoria se dedicou á organização e lançamento do Prêmio e realizou reuniões com os parceiros da iniciativa.



A Ouvidoria-Geral recebeu a presidente da Associação de Servidores e Servidoras da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (ASDPESP), Cristina Oliveira, e o Coordenador Guilherme Guiral, para dialogar sobre o Prêmio Justiça para Todas e Todos - Josephina Bacariça e demais agendas em comum.



A diretoria da APADEP esteve na sede da Ouvidoria-Geral para dialogar sobre planos e parcerias futuras, entre eles, o Prêmio Justiça para Todos e Todas - Josephina Bacariça, que anualmente é co-organizado pela Ouvidoria, APADEP, ASDPESP e Defensoria Pública.

4

PLANEJAMENTO DO PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODAS E TODOS

A Ouvidoria e seu Conselho Consultivo também se reuniu com a EDEPE, que também será parceira fundamental para a realização do Prêmio.

Durante a reunião foi deliberada a realização do primeiro seminário com as práticas premiadas, garantindo assim maior visibilidade e potencial de impacto dessas práticas. Além disso, discutiu-se também a publicação de uma revista da EDEPE com a apresentação das práticas inscritas e a realização de um podcast com série de diálogos sobre as práticas premiadas.



5 CONSELHO CONSULTIVO REALIZA SUA PRIMEIRA REUNIÃO DE 2023 E DIALOGA SOBRE AGENDA PRIORITÁRIA PARA O ANO E PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODOS E TODAS

O Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública esteve reunido para sua primeira reunião ordinária do ano. Na ocasião, os Conselheiros e Conselheiras dialogaram sobre as prioridades para o ano e acordaram o plano de trabalho para realizar o Prêmio Justiça para Todas e Todos - Josefina Bacariça. Debateu-se as novas fases do projeto Ouvidoria Itinerante, o projeto em parceria com Nudem que visa publicar uma carta sobre acesso à justiça pela perspectiva de gênero, atendimento à população, entre outros pontos.



6 DESAFIOS PARA DEMOCRATIZAR E AMPLIAR O ACESSO À JUSTIÇA



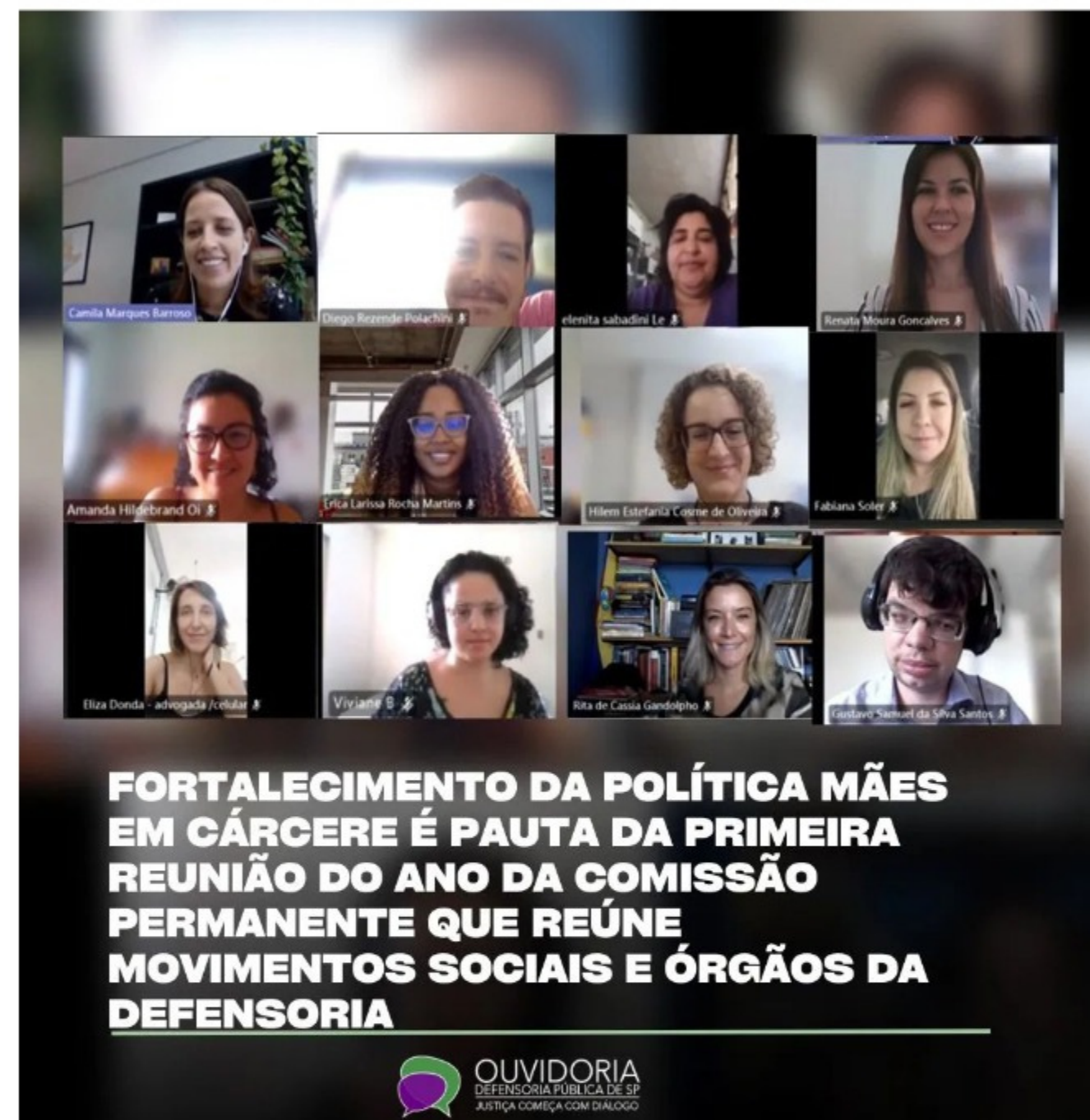
A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo se reuniu na última quinta-feira com a conselheira consultiva Paula Martins, responsável pelas áreas de políticas de direitos humanos na APC (Association for Progressive Communications), e com Tais Ladeira, radialista e coordenadora do Programa de Legislação e Direito à Comunicação na AMARC Brasil (Associação Mundial de Rádios Comunitárias do Brasil) para dialogar sobre os desafios para ampliar o acesso à justiça e difundir o trabalho realizado pelas Defensorias Públicas.



A Ouvidoria-Geral recebeu a visita de Denise Dora, diretora executiva da ARTIGO 19, que também foi ouvidora da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, para dialogar sobre os desafios do acesso à justiça e da garantia de liberdade de expressão.

7 REUNIÃO PARA DISCUTIR OS AVANÇOS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MÃES EM CÁRCERE

O Comitê de Acompanhamento Permanente da Política Mães em Cárcere, composta por entidades da sociedade civil, órgãos da Defensoria e pela Ouvidoria-Geral, retomou sua rotina de reuniões para discutir os avanços e desafios na implementação da política. Dentre os encaminhamentos para o fortalecimento da Política, o Comitê discutiu a agenda de formação e capacitações, bem como sobre a realização de Audiência Pública e a articulação com a Sociedade Civil para o acompanhamento das mulheres atendidas pelo Convive que estão em prisão domiciliar. Participaram da reunião: AFAPE, AMPARAR, Instituto Alana, IDDD, ITTC, Comissões de Política Criminal e Penitenciária e da Infância e Juventude da OAB-SP, além da Primeira Subdefensoria, Núcleos Especializados da Infância e Juventude, de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, e de Situação Carcerária, e Ouvidoria-Geral.



8 PLANO DE ATUAÇÃO E MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS APROVADAS NO 8º CICLO DE CONFERÊNCIAS

A Ouvidoria-Geral se reuniu com a Primeira Subdefensoria Pública Geral para definir o plano de trabalho para o monitoramento das propostas que foram aprovadas no Plano de Atuação que resultou do 8º Ciclo de Conferências.

Sobre o Ciclo de Conferências

A cada dois anos, a Defensoria Pública realiza um Ciclo de Conferências para ouvir da população de todo o Estado quais são os principais problemas enfrentados e propostas de como a Instituição pode atuar, dentro de suas atribuições, para resolvê-los.

Esse mecanismo de participação objetiva aperfeiçoar a Defensoria como expressão e instrumento do regime democrático e tem como resultado um Plano de Atuação composto por 30 propostas



9 O CONSELHO CONSULTIVO LANÇA NOTA SOBRE O PROCESSO DE ELEIÇÃO DA PRIMEIRA OUVIDORIA EXTERNA DA DPU

NOTA DO CONSELHO CONSULTIVO DA OUVIDORIA-GERAL DA DPESP SOBRE O PROCESSO DE ELEIÇÃO DA PRIMEIRA OUVIDORIA EXTERNA DA DPU



O Conselho Consultivo lançou nota no dia 9 de fevereiro, manifestando a preocupação com o processo de eleição da primeira Ouvidoria da Defensoria Pública da União:

"Conselho Consultivo da Ouvidoria da Defensoria do Estado de São Paulo vem manifestar sua extrema preocupação com o processo de eleição da primeira Ouvidoria Externa da Defensoria Pública da União, que teve o seu término marcado pelo desrespeito á ampla participação e mobilização popular que permearam todo o processo eleitoral.

Primeiramente, frisamos que a implementação das Ouvidorias Externas nas Defensorias Públicas é fruto de mobilização e conquista popular dos movimentos sociais e organizações que historicamente atuam pela democratização do sistema de Justiça e pela garantia dos direitos humanos. Nesse sentido, reafirmamos que a criação de Ouvidorias nas Defensorias é motivo de grande celebração e avanço democrático.

Constitui, entretanto, papel do Conselho Consultivo da Ouvidoria da DPESP (mais antigo colegiado composto por entidades que debatem especificamente participação social nas Defensorias Públicas), pontuar e reforçar a importância do protagonismo popular nas eleições de Ouvidores/ as Externos/ as nas instituições jurídicas. As Ouvidorias Externas são instrumentos fundamentais para garantir a transparência e participação social nas instituições públicas. Com o fortalecimento da ouvidoria, fortalecem-se também a cidadania e a defesa dos direitos das pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade. Quanto maior for a legitimidade, capacidades de articulação e agregação do titular da Ouvidoria, tanto maior serão as chances de um órgão com musculatura para implementação dos desafios que o cargo requer, ainda mais, em âmbito nacional.

Nesse sentido, foi com completo estarrecimento que recebemos a notícia de que o Conselho Superior da Defensoria Pública da União, em votação sigilosa, escolheu como primeiro Ouvidor Externo pessoa que auferiu apenas 14 votos das 97 entidades que participaram como eleitoras. A vontade social, que conferiu ao candidato Willian Fernandes 82% dos votos, ou seja, quase a totalidade dos votos das entidades que participaram do pleito, foi completamente ignorada. Também não se considerou os inúmeros apelos de pessoas e entidades que vêm militando por direitos humanos e acesso à justiça no Brasil e reforçaram a singularidade deste momento que exigia alguém com experiência, legitimidade e capacidades administrativa e social. Desejava-se que a implementação de fato da Ouvidoria Geral Externa da DPU fosse parte do processo de ampliação da participação popular na instituição para, no futuro, garantir à sociedade civil e movimentos sociais o devido protagonismo na construção das políticas de acesso à justiça no âmbito da DPU. O que ocorreu configurou-se uma chaga difícil de apagar, com profundo significado social. Esperava-se que a vontade social fosse respeitada, especialmente porque tem sido nas entidades e movimentos sociais que as Defensorias Públicas têm encontrado seus principais baluartes de defesa das suas prerrogativas e fortalecimento institucional. Parte expressiva destes baluartes, inscrita no colégio eleitoral da DPU.

Centenas de entidades, que representam diversos segmentos sociais e atuam em todas as regiões do país, se mantiveram mobilizadas durante todo o longo processo eleitoral, o qual durou mais de um ano.

São entidades que se mantiveram firmes no propósito da ampliação da participação popular e esperançosas de que suas vozes encontrassem eco na implementação da primeira Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública da União. Entretanto, não tiveram suas vozes ouvidas neste momento central para o avanço das pautas populares. Outro ponto preocupante diz respeito ao sigilo que permeou a votação no Conselho Superior da Defensoria Pública da União. Partimos da premissa que a Administração Pública deve sempre se pautar pela publicidade e transparência de seus atos, sendo o sigilo a exceção em um Estado Democrático de Direito. Assim, pontuamos que a votação secreta no Conselho Superior não cabe em uma democracia, ainda mais se tratando da implementação da Ouvidoria Externa, órgão que visa potencializar a transparência e controle social da instituição.

Dessa forma, o Conselho Consultivo da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, reforça seu inconformismo com o processo eleitoral e alerta para que os elementos apontados acima sirvam como base de um processo de reflexão institucional com vistas a aprimorar o processo eleitoral e a própria ampliação da participação popular na Defensoria Pública da União, garantindo-se sempre o protagonismo dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil."

ESTATÍSTICAS DOS ATENDIMENTOS: JANEIRO E FEVEREIRO DE 2023



ESTATÍSTICAS DOS ATENDIMENTOS

• Dados de Atendimentos

Nos meses de novembro e dezembro de 2022, e janeiro e fevereiro de 2023 foram realizados 2.832 atendimentos. Desse universo, 21,5% representam manifestações, majoritariamente reclamações, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 1. Manifestações em relação ao total de atendimentos nos meses de novembro e dezembro de 2022, e janeiro e fevereiro de 2023 (em %).

ATENDIMENTOS	2022		2023	
	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro
Busca por informações	75%	83%	82%	75%
Manifestações processadas	25%	17%	18%	25%
Total de Atendimentos	950	669	943	882

No quesito busca por informações, predominam usuários e usuárias com processos iniciados junto às Unidades, Entidades ou Advogados/as Conveniados/as com dúvidas relacionadas as etapas do atendimento e aos canais de contato para acompanhá-lo ou, ainda, pessoas interessadas em usar os serviços da Defensoria Pública, mas que não dispõem de informações sobre como realizar o agendamento ou se o caso em questão é de competência da Defensoria Pública.

No comparativo com o volume de manifestações, o formulário eletrônico manteve-se em primeiro lugar alcançando 59% dos resultados, portanto, mais da metade da porta de entrada telefone, responsável por 25% dos registros. Cerca de 8% dos atendimentos processados foram classificados como presenciais seguidos das portas formulário físico e e-mails que, juntas, totalizaram 8% dos casos. A distribuição mensal é apresentada na próxima tabela.

Tabela 2. Manifestações processadas por portas de entrada nos meses de novembro e dezembro de 2022 e janeiro de 2023 (em %).

ATENDIMENTOS	2022		2023	
	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro
Formulário Eletrônico	71%	53%	52%	63%
Telefone	15%	32%	17%	27%
Presencial	10%	8%	12%	3%
Outros	3%	6%	18%	6%

• **Classificação das manifestações**

No período, 94% das manifestações foram classificadas como reclamações dos serviços da Defensoria Pública, 3% declararam são elogios e 2% abordaram sugestões. O principal motivo do contato com a Ouvidoria esteve relacionado a insatisfação dos/as usuários/as com a condução do atendimento, perfazendo 30% dos casos. Na sequência, aproximadamente 16% das reclamações compreendiam dificuldades de acessar informações enquanto 14% reportavam obstáculos envolvendo as ferramentas de atendimento telefônico ou virtual. Os percentuais indicados na próxima tabela indicam os assuntos mais recorrentes em cada um dos meses citados.

Tabela 3. Classificação geral dos assuntos mais recorrentes por portas de entrada nos meses de novembro e dezembro de 2022 e janeiro e fevereiro de 2023 (em %).

Período	Assuntos	%
Novembro/2022	Preciso de informações sobre o meu atendimento	20
	Estou insatisfeito/a com a condução do meu atendimento	20
	Não fui atendido/a com respeito	13
Dezembro/2022	Estou insatisfeito/a com a condução do meu atendimento	22
	Não fui atendido/a com respeito	17
	Preciso de informações sobre o meu atendimento	14
Janeiro/2023	Estou insatisfeito/a com a condução do meu atendimento	39
	Estou com dificuldade no meu atendimento telefônico ou virtual	21
	Preciso de informações sobre o meu atendimento	14
Fevereiro/2023	Estou insatisfeito/a com a condução do meu atendimento	37
	Estou com dificuldade no meu atendimento telefônico ou virtual	27
	Preciso de informações sobre o meu atendimento	16

• Perfil do Público

As mulheres CIS (feminino) representaram 61% das pessoas atendidas ante 36% de homens CIS (masculino). Perto de 2% não quiseram responder à questão. Pessoas autodeclaradas brancas somaram 47% ante o percentual de 42% de pessoas negras (pardas e pretas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Num grupo de 27% de pessoas com direito ao atendimento preferencial ou prioritário, a maioria é de idosos/as (53%). A média de idade é de 43 anos. Separados por portas de entrada, os resultados estatísticos estão ilustrados na tabela seguinte.

Tabela 4. Perfil de gênero segundo as portas de entrada formulário eletrônico, telefone e presencial nos meses de novembro e dezembro de 2022 e janeiro e fevereiro de 2023 (em %).

Portas de Entrada	Mulheres (CIS) feminino	Homens (CIS) Masculino
Formulário Eletrônico	63%	33%
Telefone	58%	38%
Presencial	45%	53%

Tabela 5. Perfil de cor/raça ou etnia segundo as portas de entrada formulário eletrônico, telefone e presencial nos meses de novembro e dezembro de 2022 e janeiro e fevereiro de 2023 (em %).

Portas de Entrada	Branco/as	Negro/as
Formulário Eletrônico	50%	46%
Telefone	38%	29%
Presencial	45%	40%

Expediente

O U V I D O R I A

OUVIDORA-GERAL	Camila Marques
ASSESSOR TÉCNICO	Adriano Alves dos Reis Santos
ASSISTENTE TÉCNICA II	Amanda Hildebrand Oi
ASSISTENTE TÉCNICA I	Hilem Oliveira
ASSISTENTE TÉCNICA I	Paloma Casanovas
AGENTE DE DEFENSORIA	Priscila Rodrigues
OFICIALA DE DEFENSORIA	Andrea Pires Pacheco
OFICIALA DE DEFENSORIA	Leticia Macedo
OFICIALA DE DEFENSORIA	Maria Cristina Salerno
OFICIALA DE DEFENSORIA	Renata Cestelli
OFICIAL DE DEFENSORIA	Renato Cristiam Goldoni Domingos
ESTAGIÁRIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	Aline de Santana Ribeiro
ESTAGIÁRIO DE COMUNICAÇÃO	Lucas Amâncio do Nascimento
ESTAGIÁRIO DE COMUNICAÇÃO	João Vitor de Oliveira dos Santos
ESTAGIÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	Karen Pereira
ESTAGIÁRIA DE DIREITO	Karen Garcia Arias Bonotto
ESTAGIÁRIA DE ENSINO MÉDIO	Ludimila Souza de Oliveira
ESTAGIÁRIA DE ENSINO MÉDIO	Júlia Ribas

Boletim da Ouvidoria

TEXTOS Equipe da Ouvidoria

CONCEITO Paula Monroy

DIAGRAMAÇÃO João Vitor de Oliveira dos Santos
Lucas Amâncio do Nascimento

e-mail: ouvidoria@defensoria.sp.def.br

[Facebook](#)

[Instagram](#)

[Twitter](#)

O Boletim da Ouvidoria é uma publicação mensal com os principais destaques sobre a atuação da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.